



## Índice

- 01** Senadores querem discutir demarcação de terras indígenas com ministro da Justiça
- 02** Governo diz a ruralistas que é necessário regulamentar artigo da Constituição que trata de terras indígenas
- 03** “Índios suruí concluem 1ª venda de créditos de carbono indígenas do país”
- 04** Projeto de Kátia Abreu suspende demarcações
- 05** Índios ocupam canteiro de obras de Belo Monte
- 06** Mineração ilegal dobra desmatamento e afeta índios no Peru
- 07** Após pressão de ruralistas, Planalto acena com acordo sobre demarcações de terras indígenas
- 08** Índios X ferrovia
- 09** Aberto I Encontro de Direitos Humanos para Povos Indígenas
- 10** Licenciatura Intercultural Indígena forma primeira turma



---

**Senadores querem discutir demarcação de terras indígenas com ministro da Justiça**  
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 12.09.2013

Conflitos recentes entre índios e produtores rurais em diversos estados motivaram os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) a convidar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para discutir a sistemática de demarcação de terras indígenas no país.

Proposto pelo presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), o debate foi apoiado por vários senadores da comissão e está previsto para acontecer no dia 3 de outubro, mas a data ainda precisa ser confirmada pelo ministro. A audiência pública também terá a participação da presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati.

Serão convidados ainda, por sugestão do senador Rubem Figueiró (PSDB-MS), o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, e o presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia Costa. E por indicação da senadora Ana Amélia (PP-RS), foi incluído entre os convidados o procurador Rodnei Candeia.

Da Redação  
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



**Governo diz a ruralistas que é necessário regulamentar artigo da Constituição que trata de terras indígenas**

SÍTIO SINDIRURAL, 12.09.2013

Deputados da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) e da Frente Parlamentar da Agropecuária se reuniram nesta quarta-feira (11) com o governo para tentar definir questões sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil. O governo reafirmou que uma das principais soluções para os conflitos é a regulamentação do Artigo 231 da Constituição Federal, que reconhece os direitos das terras ocupadas originariamente pelos índios.

Segundo o presidente da Cindra, Jerônimo Goergen (PP-RS), o governo deve expor a sua posição sobre o assunto na próxima quarta-feira (18), quando o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, deve recebê-lo e ao advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. "Não vejo melhor maneira de que esse problema seja solucionado [a não ser] pelo próprio Congresso", disse. De acordo com Goergen, a proposta da bancada para a regulamentação já foi apresentada aos ministros, para que a tramitação do Projeto de Lei Complementar 227/2012, que regulamenta o artigo, seja apoiada. "Precisamos aprovar a regulamentação do artigo e não poderemos ter a contrariedade do Executivo", disse.

A reunião de ontem, ocorrida no Palácio do Planalto, teve a participação de cerca de 30 parlamentares da bancada ruralista e dos ministros da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e da Agricultura, Antônio Andrade, além dos próprios Adams e Cardozo.

O deputado Goergen diz já não esperar novas respostas do governo sobre a resolução de conflitos entre índios e fazendeiros em várias regiões do país. "Se depender do Executivo, a solução não existirá", disse. No mês de julho, o ministro Cardozo disse que publicaria uma portaria para incluir a participação de outros órgãos no processo de demarcação, além da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Eu não confio mais nesse prazo, porque a todo momento ele é protelado", disse Goergen. Na ocasião, a posição do ministro era que editaria a portaria apenas depois que acompanhasse a tramitação do projeto.

Outra proposta, que será analisada pelos parlamentares e deve causar embate entre ruralistas e militantes das causas indígenas é a Proposta de Emenda à Constituição 215, que transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Em agosto, o jurista Dalmo Dallari se posicionou contra a proposta durante audiência pública na Câmara.

Ontem (10), foi aprovada pela Câmara a constituição de uma comissão especial destinada a

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 167 / 2013

Brasília, 13 de setembro de 2013.

discutir a PEC. A decisão, assinada pelo presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), contraria o relatório final de um grupo de trabalho criado pela própria Casa para debater a situação dos índios. No próximo dia 18, a comissão será instalada e elegerá seus integrantes.

Na segunda (9), deputados da Frente Parlamentar da Agricultura se reuniram com o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para pedir que ele negue o Mandado de Segurança 32.262 que visa a impedir a tramitação da PEC. O mandato, impetrado pelas Frentes Parlamentares de Apoio aos Povos Indígenas e de Direitos e que pede a suspensão da tramitação da PEC, ainda não foi analisado por Barroso.

Fonte: Agência Brasil



**“Índios suruí concluem 1ª venda de créditos de carbono indígenas do país”**  
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 12.09.2013

Nota: este blog mantém sua posição de denúncia radical contra o mercado de carbono, os REDDs e todas as estratégias da chamada ‘economia verde’, que considera lesivas à cultura, às tradições e à garantia do direito pleno de decisão de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais sobre toda e qualquer ação que afete seus territórios. (Tania Pacheco)

Aldeia de RO vendeu créditos para a empresa brasileira Natura. Compra é forma de compensação de emissões de gases de efeito estufa.

Do G1, em São Paulo

Os índios paiter-suruí, em Rondônia, que participam do projeto Carbono Florestal Suruí, realizaram no início de setembro a primeira venda de créditos de carbono indígenas com certificação internacional já feita no país. A empresa brasileira de cosméticos Natura anunciou a compra de créditos que equivalem a emissão de 120 mil toneladas de carbono.

A compra dos créditos indígenas é uma das formas de compensar o envio de gases causadores de efeito estufa para a atmosfera, liberados devido ao processo industrial. A companhia tem o objetivo de reduzir em 33% suas emissões até 2013. O valor oficial da negociação não foi divulgado. O dinheiro será destinado ao Fundo Carbono Suruí.

O Projeto de Carbono Floresta Suruí é considerado pioneiro no Brasil por ser o primeiro projeto de Redd+ indígena a ser validado em certificações internacionais, reconhecido pelo Padrão de Carbono Verificado (VCS, na sigla em inglês) quanto pelo Padrão Ouro de Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB, na sigla em inglês).

Ambos são os principais órgãos internacionais que creditam projetos com intuito de reduzir as emissões de gases do efeito estufa do desmatamento e degradação florestal, um conceito conhecido como Redd (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal).

**Alternativa de renda**

O projeto indígena brasileiro, iniciado em 2007, utiliza duas formas de compensação: o sequestro de carbono propriamente dito, por reflorestamento, e o desmatamento evitado e conservação de estoques de carbono através da redução do desmatamento e degradação florestal. Ele é liderado pelo cacique Almir Suruí, um dos vencedores do prêmio “Herói da Floresta”, concedido pelas Nações Unidas.

Ele surgiu como alternativa de financiamento e perspectiva de geração de renda para a população que vive na Terra Indígena Sete de Setembro, que compreende 248 mil hectares de florestas em Rondônia e Mato Grosso.



## **Projeto de Kátia Abreu suspende demarcações**

SÍTIO PORTAL PCH, 12.09.2013

Sob pressão de setores do agronegócio, críticos do que consideram seu "adesismo" à gestão da presidente Dilma Rousseff, a presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), apresentou projeto de lei determinando suspensão temporária de processos demarcatórios de terras indígenas envolvendo propriedades invadidas e cobrou providências do governo para conter as invasões de propriedades rurais produtivas por índios.

Segundo a senadora, os produtores rurais "não aguentam mais a insegurança jurídica no país, especialmente com relação à questão indígena". Kátia recorre aos números do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, para mostrar a importância do agronegócio. "Com muito pouco incentivo do governo, triplicamos os ganhos econômicos, com crescimento de 14%, ao contrário de outros setores atrasados, que ganham o triplo do que ganham os produtores rurais e produzem um PIB de 0,6%." O projeto que visa coibir as invasões de terras por índios foi protocolado no Senado na semana passada, mas, para evitar o risco de vetos, a senadora está colhendo assinaturas para transformá-lo em Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Se aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, uma PEC é promulgada sem precisar ser submetida à sanção presidencial. Ao mesmo tempo, Kátia Abreu tenta articular com os líderes partidários uma tramitação célere do projeto ou, se conseguir as 27 assinaturas, da PEC. A senadora lembra que, no governo Fernando Henrique Cardoso, uma medida provisória foi editada determinando que terra invadida não poderia ser desapropriada para reforma agrária. Isso, segundo Kátia, teve forte efeito para conter as invasões pelo MST.

A presidente da CNA apresentou alguns números que revelam a gravidade da situação: haveria, no país, 190 conflitos de invasões, sendo 67 fazendas invadidas somente no Mato Grosso do Sul - que representam uma área de três milhões de hectares. "No Mato Grosso, a pretensão da Funai é de 3,8 milhões de hectares. São 25 áreas em estudo.

No Rio Grande do Sul, mais de quatro mil produtores rurais com documentos de 1800, estão sendo despejados. No Rio Grande do Sul, Maranhão, Amazonas, São Paulo, Santa Catarina e Paraná não há mais quem aguente", discursou. Kátia citou o agravamento do problema com a suspensão, pela Justiça, de liminares de ações de reintegração de posse em favor de proprietários rurais, que haviam sido concedidas.

É o que aconteceu na Bahia, por exemplo, onde nove liminares foram suspensas, envolvendo áreas que estão sendo palco de conflitos há cerca de um mês. A suspensão das liminares, segundo Kátia, estimula os indígenas a permanecer nas fazendas ocupadas. Seriam 80 propriedades de pequenos produtores, totalizando 47 mil hectares invadidos. Para a senadora, há movimentos "insuflados" pelo Cimi e pela Funai em todo o país, para desestabilizar o agronegócio. "Só não vê quem não quer. Primeiro, foi o PST. Depois, o Código Florestal.

CONT.



Depois, o decreto quilombola. Agora é a questão indígena, que nunca foi problema tão forte assim no Brasil, quando os índios pleiteavam áreas na Amazônia". Para Kátia, há organismos internacionais "por trás" do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), financiando as ações, já que os índios não dispõem de recursos para isso. O diretor de Proteção Territorial da Funai, Aluísio Azanha, nega que o órgão estimule ocupação de propriedades por indígenas ou exerça pressão sobre juízes, para que suspendam liminares de reintegração de posse.

Diz, ainda, que a defesa judicial da demarcação só é feita "quando há elementos objetivos de que se trata de uma terra tradicionalmente ocupada". Segundo Azanha, o projeto de lei proposto pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), que suspende temporariamente processos demarcatórios de terras indígenas em propriedades invadidas, é considerado "inconstitucional" pela área jurídica do órgão e, se for aprovado, poderá acirrar os conflitos fundiários. "Além de ser um projeto inconstitucional, também não contribui para o distensionamento dos conflitos fundiários. Contribui para a paralisação dos processos administrativos, e, consequentemente, para a continuidade e o acirramentos dos conflitos fundiários", afirmou o diretor da Funai ao \*Valor\*.

Argumenta ainda que a demarcação de terras indígenas é uma "obrigação constitucional" da União e, como tal, não poderia ser sustada por um projeto de lei. Azanha explicou que cerca de 97% das demarcações de terras indígenas foram realizadas em áreas despovoadas da Amazônia Legal, nas décadas de 1980 e 90.

Permanece, segundo ele, "um passivo" em relação à demarcação de terras indígenas nas regiões Norte, Sul e Sudeste, onde existe "uma grande população indígena" sem terras demarcadas. Na década de 2000, a Funai começou a intensificar a demarcação nessas regiões e no Mato Grosso do Sul, onde há ocupação humana mais "consolidada". "No Sudeste, há quase 100 mil indígenas, no Sul, cerca de 78 mil, no Nordeste, 232 mil indígenas, 100 mil do Centro-Oeste [que pega parte da Amazônia legal] e no Norte, 342 mil. Ou seja, dos nossos procedimentos, o grosso está na Amazônia Legal, mas tem uma população indígena gigante que não tem terras demarcadas", disse. Após esclarecer que o que a senadora chama de "invasão" ele considera "ocupação", Azanha explica que esse tipo de ação não é estimulada pela Funai, cuja atribuição é reconhecer direitos, a partir de critérios técnicos e um procedimento administrativo "longo e complexo, porque a consequência dele é a nulidade de um título, seja ele de cem ou cinco anos".

"Todo processo administrativo conduzido pela Funai tem uma natureza meramente declaratória.(...) A gente faz a defesa judicial, via Advocacia-Geral da União, quando há elementos objetivos de que se trata de uma terra tradicionalmente ocupada", afirma. O Judiciário não dá uma decisão de permanência na posse desprovido de elementos objetivos", diz. O diretor da Funai lembra que o órgão também perde na Justiça. Há, segundo ele, 26 processos administrativos paralisados por ordem judicial.

Na opinião de Azanha, se os processos fossem "mais rápidos e eficientes, sem judicialização", haveria menos conflitos. Procurado pelo \*Valor\*, o secretário-executivo do Cimi, Cleber Buzatto limitou-se a enviar a seguinte mensagem: "Os povos indígenas são sujeitos de suas histórias pessoais e coletivas. O latifúndio, o agronegócio e os ruralistas são os sujeitos que

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 167 / 2013

Brasília, 13 de setembro de 2013.

---

efetivamente estão a serviço dos "interesses internacionais" no Brasil".

Fonte: valor Economico



---

**Índios ocupam canteiro de obras de Belo Monte**

SÍTIO PORTAL ORM, 12.09.2013

*Grupo quer cumprimento de condicionantes que viabilizam a usina*

Um grupo de 100 índios das etnia Arara da Volta Grande, Juruna - da Terra Indígena Paquichamba - e Parakanã ocupou o sítio Pimental, no canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no fim da tarde desta quinta-feira (12).

Os indígenas cobram o cumprimento das condicionantes de viabilidade para a construção da usina. A Norte Energia, responsável pela operacionalização da usina, se recusa a comprar terras para a comunidade indígena Juruna do km 17. A licença prévia da obra, concedida em 2009, prevê que sem a aquisição de terras a sobrevivência da comunidade, às margens de uma rodovia, ficaria ameaçada.

A empresa argumenta que regularização fundiária de território indígena é competência exclusiva da União.

Redação Portal ORM



## **Mineração ilegal dobra desmatamento e afeta índios no Peru**

SÍTIO DOM TOTAL, 12.09.2013

Por Marco Aquino

A área da floresta amazônica devastada pela mineração ilegal dobrou em dois anos no Peru e muitos índios na fronteira com Brasil e Bolívia vivem com níveis letais de mercúrio utilizado para extrair o ouro, afirmaram especialistas e o governo.

Esta atividade, que cresceu fortemente em conjunto com o aumento do preço do metal precioso, desmatou áreas protegidas na região de Madre de Dios, a de maior biodiversidade do país e um dos maiores pulmões do mundo.

O Peru é o sexto maior produtor de ouro e a região de Madre de Dios é responsável por cerca de 13 por cento do fornecimento local.

"Em dois anos, quase foram duplicadas a cerca de 50 mil hectares as florestas em Madre de Dios devastadas pela mineração ilegal. Isso é ultrajante", disse à Reuters nesta quarta-feira o assessor e especialista do tema no Ministério do Meio Ambiente, Ernesto Ráez.

O Ministério do Meio Ambiente, criado em 2008, tem tido uma dura batalha para banir essa atividade em conjunto com as Forças Armadas, que destroem com explosivos as máquinas usadas pelos mineiros para remover o leito dos rios da Amazônia.

Até agora neste ano, as Forças Armadas fizeram 14 interdições, destruindo enormes veículos de carga, bombas de água e dragas, uma espécie de pá gigante que extrai terra mineralizada do rio e a processa com o mercúrio para obter ouro. Após a operação, a terra com mercúrio volta à água.

A região de Madre de Dios foi invadida por milhares de mineiros informais atraídos pelo preço do ouro, metal que serve como ativo de refúgio em tempos de turbulência financeira global.

Seu valor atingiu níveis recordes em 2011 e seu preço é atrativo, apesar de ter diminuído desde então.

Ráez, que junto com outros especialistas fez na segunda-feira um sobrevoo pela área afetada em Madre de Dios, disse que a depredação afeta não só as florestas, mas os peixes dos rios que servem de alimento para os nativos da região.

"É um atentado ambiental grave", disse ele.

Mercúrio mortal

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 167 / 2013

Brasília, 13 de setembro de 2013.

Um estudo patrocinado pela Universidade de Stanford, da Califórnia, revelou que índios da área de Madre de Dios, na sua maioria crianças, têm, em média, em seus organismos níveis de mercúrio que excedem cinco vezes o permitido, sendo vítimas de uma contaminação que causa danos irreversíveis ao cérebro e pode levar até mesmo à morte.

"Nós estudamos os níveis de mercúrio em 24 aldeias e cidades de Madre de Dios e descobrimos que todas as zonas tinham níveis de mercúrio acima do nível permitido, cinco vezes o limite internacional", disse o chefe do projeto Carnegie de Mercúrio da Universidade de Stanford, Luis Fernandez.

Além disso, "descobrimos que as crianças de comunidades nativas são três vezes ou mais afetadas que as crianças que não estavam em nenhuma comunidade indígena", disse em Lima. Reuters



## **Após pressão de ruralistas, Planalto acena com acordo sobre demarcações de terras indígenas**

SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 12.09.2013

*Os ministros Cardozo e Adams deverão se reunir mais uma vez, na semana que vem, para receber a bancada ruralista*

Folhapress

Após pressão da bancada ruralista, o governo acenou hoje com acordo para estabelecer novas regras para demarcações de terras indígenas. A ideia, segundo relataram deputados presentes em reunião no Palácio do Planalto, é encontrar um meio termo entre a proposta de emenda constitucional que concede ao Legislativo poderes para delimitar esses territórios e portaria do governo que limita a atuação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

A ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) esteve reunida por mais de duas horas com mais de 40 parlamentares ruralistas, além dos ministros Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União), José Eduardo Cardozo (Justiça), Antônio Andrade (Agricultura) e Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário). Os congressistas atuam para a instalação na Câmara de uma comissão especial para analisar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que passa do Executivo para o Legislativo a responsabilidade pela definição dessas áreas.

Na outra ponta, o governo promete publicar desde junho portaria que retira poderes da Funai. A ideia do Executivo é que o processo inclua a consulta a órgãos como os ministérios da Agricultura, Cidades e Desenvolvimento Agrário. O Planalto, porém, não aceita repassar ao Legislativo a palavra final sobre as demarcações de terras indígenas nem quer arcar com a eventual repercussão política de limitar o órgão indigenista.

A conciliação de interesses poderia também gerar impacto nas contas públicas, já que o governo seria forçado a comprar terras para evitar a judicialização da questão. Segundo deputados presentes na reunião, não há prazo para a publicação da portaria. A judicialização da PEC também incomoda os congressistas. Os ministros Cardozo e Adams deverão se reunir mais uma vez, na semana que vem, para receber a bancada ruralista. Na ocasião, irão decidir se apoiarão a regulamentação do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Federal, que dispõe sobre ocupação de terras por índios, e seria um meio-termo para essa disputa.

Hoje, não há legislação que especifique área, local e trâmite da demarcação dessas terras. "O governo vive um conflito ideológico e está se sentindo pressionado pelos compromissos internacionais assinados pela presidente", afirmou o deputado Jerônimo Goergen, presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 167 / 2013

Brasília, 13 de setembro de 2013.

---

### **Índios X ferrovia**

SÍTIO OLHAR DIRETO, 12.09.2013

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso instaurou inquérito civil público para apurar eventuais danos à terra indígena Nambikwara e à respectiva população indígena decorrentes da implantação da "ferrovia de integração Centro-Oeste (Fico) Uruaçu-Vilhena". O procurador da República William Iwakiri abriu a investigação no último dia 4.

## **Aberto I Encontro de Direitos Humanos para Povos Indígenas**

SÍTIO IMIRANTE, 12.09.2013



AMARANTE DO MARANHÃO - Foi aberto nesta quinta-feira (12), o I Encontro Estadual de Direitos Humanos e Cidadania para Povos Indígenas. A primeira edição do projeto foi em Amarante do Maranhão, localidade que possui duas etnias indígenas.

A secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira, destacou que há um diálogo visando à solução de conflitos existentes na região com a população dos índios. "A Sedihc estará em Amarante durante três dias para capacitar e orientar a população e também os índios, dentro das aldeias, sobre os direitos deles que devem ser assegurados", afirmou.

Durante três dias de programação, o I Encontro Estadual de Direitos Humanos e Cidadania para os Povos Indígenas pretende reunir centenas de pessoas para sensibilizar e estimular os operadores da rede de atendimento da política de assistência para o atendimento sem preconceito e discriminação dos povos indígenas, para incluí-los nos programas sociais.



## **Licenciatura Intercultural Indígena forma primeira turma**

SÍTIO UFMG, 12.09.2013

Nesta sexta-feira, 13, cola grau a primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena, curso criado a partir da adesão da UFMG ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A solenidade formal acontece às 16h no auditório da Faculdade de Engenharia. A celebração se inicia antes, às 14h, com ritual indígena na entrada do prédio da Faculdade de Educação (FaE), onde será fixado mastro que faz referência à religiosidade dos maxakalis. Estarão presentes 140 estudantes, alunos de diversos níveis da licenciatura. Às 15h, os participantes saem em caminhada em direção ao local do evento.

A patrona da turma, Joênia Wapichana, faz conferência às 16h desta quinta-feira, 12, na sala de teleconferência da FaE. Joênia Batista de Carvalho, do povo Wapichana, concluiu Direito em 1997 e tornou-se a primeira advogada especializada em causas indígenas do Brasil. Luta pela demarcação dos territórios indígenas – 32 reservas habitadas por makuxis, wapixanas, yanomamis, entre outros povos. Além disso, defende vítimas de ameaças de morte, perseguições, torturas e discriminação racial. Foi coordenadora do departamento jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR) .

### **Cultura**

A professora Shirley Aparecida de Miranda, coordenadora do colegiado do curso, destaca que a manifestação própria da cultura indígena não está somente no ritual. “A preparação para o evento começa muito antes, na pintura dos corpos, por exemplo”. Mas enfatiza também a outra face da solenidade: “A colação de grau dentro do ritual acadêmico é um evento de peso político”.

Os formandos da primeira turma são das etnias pataxó e xakriabá, mas atualmente a UFMG já abriga outras etnias. Assim, as próximas turmas de graduados incluem também tupiniquins, maxakalis, pankararus, guaranis e tuxás.

O curso foi idealizado como formação voltada para os valores e costumes de cada comunidade indígena e essa preocupação se revela na produção dos trabalhos de conclusão elaborados pelos alunos.

No início desta semana, eles apresentaram produções que tematizavam a realidade das aldeias: o brincar e as cantigas de roda, remédios caseiros, plantas medicinais, influência da lua no calendário, alimentação tradicional, caça, escola indígena, pintura corporal, arte e cerâmica, entre outros.

A Licenciatura Intercultural Indígena forma professores para lecionar nas últimas séries dos ensinos fundamental e médio de escolas indígenas. De acordo com a coordenadora do colegiado, o objetivo é “que eles construam e atuem em escolas indígenas diferenciadas, com o currículo atento às especificidades indígenas e capaz de entrelaçá-las à cultura ocidental”.